



Reunião Transfronteiriça Espanha-Portugal

25º Aniversário da adesão de Portugal e Espanha à UE e desafios para 2012

As representações da Comissão Europeia em Portugal e Espanha decidiram realizar conjuntamente a reunião anual dos Centros de Informação Europe Direct de Documentação Europeia, fazendo-o em duas cidades fronteiriças, Zamora e Bragança, cidades com ampla experiência de cooperação transfronteiriça, com relevantes projectos já concretizados em conjunto e que actualmente promovem o estudo de viabilidade de candidatura conjunta dos seus centros históricos a património da UNESCO.

A opção do local da reunião é positiva para as duas cidades e para a cooperação, pois para além de nestas estarem localizados Centros Europe Direct, também a Fundação Rei Afonso Henriques, uma das mais relevantes instituições de cooperação transfronteiriça, está sediada nestas cidades. O nosso reconhecimento a todos pela presença em Bragança, bem vindos.

Ao falar do balanço do 25º aniversário da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia e desafios para 2012, podemos, no que nos diz respeito, em termos de balanço de integração, considerá-lo globalmente positivo. Em Portugal há evoluções significativas em algumas áreas e retrocessos noutras, sendo que o cenário sobre o que seria Portugal se se mantivesse fechado à influência e integração europeia, não motiva a opinião dos



cidadãos, apesar de a participação da população portuguesa em eleições para o Parlamento Europeu ser baixa, sendo contrabalançada pela percepção claramente favorável de pertencer à UE. A cidade de Bragança, uma das que no País mais e melhor evoluiu, é um exemplo positivo da solidariedade europeia. Há contudo interrogações que questionam o tempo passado e o futuro da UE.

No balanço positivo de integração e convergência, destacam-se áreas como a das infra-estruturas de acessibilidade e do ambiente, em que Portugal deu um salto gigantesco, a evolução da esperança de vida à nascença, ilustra uma melhoria generalizada das condições de vida e dos cuidados de saúde (a taxa de mortalidade infantil é um indicador inequívoco desta melhoria); evoluiu o sistema de ensino desde o pré-escolar onde se regista uma das evoluções mais positivas, até ao superior; o sistema científico e tecnológico; o sistema de informação, o país tornou-se mais aberto, consolidou a democracia e as suas instituições.

Há sectores em que o país tem feito esforço, mas com resultados menos bons, que necessitam evoluções urgentes como seja no sistema de ensino, em que o país apesar de ter feito uma despesa significativamente superior à da média da UE 25, e confrontando os indicadores, verifica-se que os resultados indicam insuficiências no sistema, ou divergência, apesar de partirmos de um referencial baixo vindo.

A estrutura produtiva do país evoluiu na indústria e serviços de forma idêntica à da UE 15, mas de forma negativa no sector da agricultura, floresta e pescas, em que se verificou uma quebra de cerca de seis vezes o peso do sector no conjunto, situação grave face às condições favoráveis



do território, do clima e à extensa frente atlântica onde se encontram muitos dos nossos recursos. Os campos foram abandonados, a frota pesqueira foi desmantelada, e o país ficou em termos comparativos mais pobre e mais dependente em termos alimentares. A Europa errou ao deliberadamente pagar o desmantelamento de um sector de actividade económica essencial, os dirigentes políticos portugueses não tiveram visão, aceitaram e promoveram para o sector políticas contraditórias e de péssimos resultados no plano social, económico e de degradação do território.

No plano do desenvolvimento humano, apesar de Portugal ser um país com um bom índice, está no contexto Europeu desde o ano de 2000 a divergir, face ao baixo crescimento e agora recessão económica. No âmbito da coesão, o PIB per capita em Portugal está desde 2001 a divergir da média da EU, o mesmo acontecia, comparando com os países da coesão da UE 15 (ES; PT; EL; IE). Já a nível interno Portugal vê aumentar as disparidades regionais, concentrando em cerca de um terço do território continental, três quartos da população e quatro quintos da economia.

Importa ainda referir que no âmbito da solidariedade e ajuda ao desenvolvimento, a ajuda da EU a Portugal, feita a comparação com a média da UE 15 e com países como Espanha e Irlanda, a situação é desfavorável a Portugal, particularmente com a Irlanda. A ajuda da UE, sendo insuficiente, tem sido muito positiva para Portugal. Em Bragança é bem evidente o muito que a ajuda ao desenvolvimento tem proporcionado, o mesmo pelas cidades, vilas e aldeias do País.



Nesta fase de balanço e de desafios, importa valorizar a grande operação de ajuda económica da UE a Portugal e que lhe permitiu melhorar globalmente a sua situação e encarar os desafios da integração nesta ampla comunidade de países democráticos que vai fazendo caminho com as suas políticas e Instituições, dando forma à atitude visionária de grandes líderes europeus, que no pós guerra iniciaram o desenvolvimento da arquitectura institucional que levou à actual configuração da União.

Vencer a grave crise financeira, combater a pobreza e desenvolver um modelo de economia sustentável e competitivo, amigo do ambiente, promovendo o crescimento económico e o emprego, exige que os desafios da Europa sejam resolvidos, uma perspectiva de reforço das instituições europeias e das lideranças, contra as fragilidades actuais, construindo uma visão de futuro para a Europa mais integrada e solidária no plano institucional, social, económico e político.

Nesta fase dura, em particular para os povos do Sul da Europa, é necessário impedir que a ditadura da economia financeira, se continue a sobrepor à economia política que, ao contrário daquela, deve colocar no centro da decisão o bem comum, a responsabilidade e dignidade humana, a sustentabilidade da vida na Terra, exigindo-se uma visão de desenvolvimento que não se baseie no endividamento excessivo dos povos e dos Estados, para enriquecer oligarquias financeiras e outras taxas de juro que deveriam ser impedidas e criminalizadas tanto pela EU como pela ONU, face aos estragos humanos que provocam.

Cada país, apesar das suas especificidades e problemas próprios, tem que partilhar uma visão comum no espaço europeu visão de competitividade e



coesão entre países e regiões, e adequar as suas políticas internas conjugando a sua realidade própria com a visão de conjunto, processo em que todos contam, não podendo os países mais fragilizados ser dispensados e por isso a ajuda efectiva e generosa entre países ser uma exigência de política no plano da dimensão europeia, de construção de uma União que sirva globalmente e de forma equilibrada os cidadãos contra a provocação e sobreposição do sistema financeiro e dos mercados.

Portugal precisa, nesta fase difícil da sua história, de acreditar em si próprio, na valentia do seu povo, que marcou páginas da história da humanidade, valorizar a sua identidade e história, considerar o facto de ser o país de fronteiras mais antigas e estáveis da Europa e por isso dispor de condições próprias que lhe permitem assumir um caminho de Esperança.

Necessita resolver sem hesitação a grave situação financeira, entrar num caminho de poupança e redução da dívida, adequar o modo de vida dos cidadãos e instituições á realidade presente, reorganizar e reinventar a Administração Pública adequando-a à dimensão actual do País e da economia, promover o crescimento económico, olhar para o seu território e recursos próprios, a agricultura como um desígnio nacional, como país periférico deve redescobrir as auto-estradas do mar, retomar o espaço atlântico como recurso próprio, fortalecer a cooperação com a Comunidade de Língua Oficial Portuguesa, fortalecer o sistema científico e tecnológico, transitar para uma economia sustentada no conhecimento, e adquirir maiores índices de autonomia e sustentabilidade.



Os Centros Europe Direct promovendo no terreno informação geral proveniente da D. G. da Comunicação da Comissão Europeia, são uma ajuda necessária para as Instituições e cidadãos, em particular para os jovens nas regiões transfronteiriças, onde estando mais presente o sentimento de cidadania europeia, os problemas de desenvolvimento e de convergência, em particular nas zonas pouco povoadas, são mais complexas, importando assim usar todos os instrumentos possíveis, inovar nas políticas de cooperação, fortalecer as instituições de cooperação já existentes e em particular promover e fazer evoluir o papel relevante dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial.

Apesar das fragilidades da União e de alguns dos seus países, aqui chegados, o balanço é positivo e esperamos que durante os próximos 25 anos a arquitectura europeia evolua no plano social, da cidadania, da economia e da política, recuperando no plano global posição superior ao somatório dos países que a integram.

Bragança, 18 de Outubro de 2011

António Jorge Nunes